

Distopia Bolsonarista: perspectivas educacionais anti-intelectuais e antidemocráticas

Bolsonarista Dystopia: anti-intellectual and anti-democratic educational perspectives

Distopía Bolsonarista: perspectivas anti-intelectuales y antidemocráticas

Francisca Cibele da Silva Gomes¹

Resumo: A presente pesquisa possui como objeto de estudo os negacionismos construídos e expelidos na educação brasileira analisados a partir das charges que abordam os contextos e temas dessas teorias antidemocráticas e anti-intelectuais. Para que fosse possível descrever a construção de uma realidade disruptiva com ares de distopia a partir dos conceitos e preceitos que deram suporte às perspectivas negacionistas e que sustentaram ideias e manipulações que quase levaram ao caos, condenando professores e tentando despolitizar escolas.

Palavras-chave: Brasil, Bolsonaro, Negacionismo.

Abstract: The present research has as its object of study the negationisms constructed and expelled in Brazilian education, analyzed from the cartoons that addressed the contexts and themes of these anti-democratic and anti-intellectual theories. So that it was possible to describe the construction of a disruptive reality with an air of dystopia from the concepts and precepts that supported the denialist perspectives and that sustained ideas and manipulations that almost led to chaos, condemning teachers and trying to depoliticize schools.

Keywords: Brazil, Bolsonaro, Negationism.

Resumen: La presente investigación tiene como objeto de estudio los negacionismos construidos y expulsados en la educación brasileña, analizados a partir de las caricaturas que abordaron los contextos y temas de estas teorías antidemocráticas y anti intelectuales. De modo que fue posible describir la construcción de una realidad disruptiva con aires de distopía a partir de los conceptos y preceptos que sustentaban las perspectivas negacionistas y que sustentaban ideas y manipulaciones que casi conducían al caos, condenando a los docentes y tratando de despolitizar las escuelas.

Palabras clave: Brasil, Bolsonaro, Negacionismo.

¹ Graduada em História pela Universidade Federal do Piauí. e-mail: cs6445758@gmail.com

Introdução

O artigo possui como objetivo analisar os negacionismos impelidos na educação brasileira pelo Governo Bolsonaro (2019-2020) a partir do trabalho verbal e não-verbal presente em charges que retratam o contexto histórico. De modo que seja possível entender os pressupostos que impulsionaram a administração bolsonarista e descrever os fundamentos que deram vida à perspectiva anti-intelectual e antidemocrática com base em teorias negacionistas.

A metodologia baseou-se inicialmente em uma pesquisa bibliográfica a partir de autores e pesquisadores que abordaram nos últimos quatro anos a educação na administração bolsonarista, sobretudo relacionada ao contexto de negacionismo, desmonte educacional e contexto escolar. Para que fosse possível debruçar-se sobre análise das charges que foram retiradas de site e perfis do *Instagram* (rede social popular no Brasil) que abordavam críticas sobre a desinformação, descrição dos grupos bolsonaristas, teorias falsas, deslegitimidade da democracia, trabalho científico e das eleições, ideologia de gênero, armamento populacional, exclusão social e racial, o modelo escolar defendido pelo governo Bolsonarista e seus apoiadores, assim como a desvalorização dos docentes e o desprestígio da educação pública, estes foram alguns dos temas abordados no governo presidencial que feriam os direitos humanos colocavam em risco o exercício educacional da escola enquanto espaço democrático.

A escolha das charges como fonte histórica se deu com base no seu potencial como manifestações críticas sobre a realidade através de textos verbais e textos não verbais. Elas ampliar a possibilidade de interpretação dos fenômenos históricos, sobretudo nas perspectivas do povo, dos subalternizados e dos movimentos contrários a opressão e exclusão social, quando vistos na perspectiva das pessoas advindas das classes sociais subalternas que utilizam de suas expressões artísticas e intelectuais para criticar, satirizar, ironizar os problemas existentes no país. Trata-se de mecanismos que utilizam o bom humor, a sátira, a ironia para tratar temas polêmicos ou abordar temáticas sensíveis na sociedade.

Os resultados apontam para uma verdadeira tentativa de esfacelamento da educação brasileira a partir da introdução de perspectivas ideológicas falsas e sem procedesse verídicas, mas que possuem um grande potencial para distorcer a realidade e provocar o caos, sem conta uma grande ameaça aos conhecimentos e produção científica das Ciências Humanas como

possibilidade de desenvolvimento crítico e autonomia dos discentes. Nessa conjuntura, os cortes de verbas, a militarização escolar, a educação doméstica (fora da escola), a expansão educacional à distância e o achincalhamento dos professores e da condenação ao suposto perigo da politização das escolas tem provocado a contestação das instituições públicas como âmbitos democráticos e intelectuais. De modo, a distorcer a realidade educacional com ideológicas falsas e manipuladoras que apontam à educação, sobretudo à pública, como culpada e causadora da desordem existente no país.

Distopia, Negacionismo e ascensão Bolsonarista: relatos, fatos e *Fake News* no tempo presente

As distopias podem existir não apenas em ficções literárias ou em idealizações imaginárias, mas em realidades do tempo presente formado a partir de noções imaginativas pertencentes e difundidas por diferentes grupos ao longo da História com protótipos paranoicos e agressivos. Estariam também entrelaçadas com o discurso que alerta sobre uma possível “crise”, “pânico”, “medo”, ou ainda, a formação de “inimigos” conjugados pela necessidade de submissão de uns em relação aos ideais de outros. Logo, mesmo que assumam medos naturais, progressivamente vale-se daqueles formulados socialmente e aceitos com naturalidade pela maioria.

Essa conjuntura, também faz lembrar as políticas de devastação e autoritarismo empreendidas no governo presidencial de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) comungaram com as ideias de uma plêiade de destruições e Negacionismo. Onde a devastação do meio ambiente, esfacelamento dos direitos trabalhistas, condenação da escola como um espaço político e ainda os cortes contingenciais na educação em geral, o sucateamento das universidades e dos institutos federais, a negação da ciência, a negligência em relação a diversidade étnico-racial brasileira, a militarização das escolas públicas, a marginalizados dos pressupostos científicos em tempos de pandemia que matou milhares de brasileiros, entre outras questões fizeram parte desse contexto histórico-social.

Além do mais, o governo bolsonarista questionou os intelectuais acadêmicos e pesquisadores no campo educacional como a insinuação de que o letramento intelectual ou acadêmico assegura uma oposição ao conservadorismo, extremismo ou a condutas associadas às ideologias extremistas de extrema-direita, ou seja, seriam provocadores de confusão e

balbúrdia. Embora, não há comprovação de que os elevados e profundos níveis acadêmicos conduzem os indivíduos a uma postura não alienada. A alienação não reside apenas no “objeto” não conhecido, mas no sujeito que ignora e se opõe ao conhecimento real, objetivo e concreto ou apenas pretende negá-lo, como um mecanismo reacionário de suas próprias convicções políticas e morais. O “revisonismo” bolsonarista prega um populismo de fácil coesão e apelo emocional, principalmente após ser considerado um “mito” devido ao seu discurso populista difundido nas redes sociais, sites e aplicativos de mensagens sem nenhuma comprovação de veracidade².

Essa permeabilidade permite analisar a formação do bolsonarismo no Brasil enquanto fenômeno galgado em fundamentos antidemocráticos que extrapolam a noção de humanidade. No entanto, também permite entender como essa questão articula-se com a noção de distopia apresentada nesse artigo, ou seja, uma alternativa imaginária disruptiva para uma sociedade baseada na desinformação, cerceamento da liberdade e direitos humanos. Sendo um ataque a jovem democracia brasileira. Essa volatilidade permite desarticular identidade estáveis, mas também possibilitou abrir caminho para outras articulações e a criação de novas identidades³.

Bolsonaro, validou-se de um discurso autoritário e anti-humanista, pautada em estratégias que estimulam a polaridade para isso recorre à fabricação e disseminação das *Fake News*, notícias falsas sobre diversos assuntos, que incentivam o ódio contra seus adversários políticos, apoiou práticas discriminatórias e violências contra as minorias sociais⁴. Nesse caso, o poder simbólico, pode subordinar, transformar, transfigurar e legitimar outras formas de poder permitindo que as relações de força ignorem ou reconheçam a violência que elas objetivam e transformam em símbolos, capazes de produzir efeitos reais⁵. Essa hierarquização das prioridades expeliu-se:

No caso brasileiro, o ataque à esfera pública na educação, na saúde, na ciência, na tecnologia e na cultura, à estupidez se acresce a insensatez como agenda política. Com efeito, a insensatez se revela na emenda constitucional 95, que congela por vinte anos o investimento na esfera pública, na contra reforma trabalhista, que regride à barbárie na relação capital e trabalho ao século XVIII; na contrarreforma do ensino médio, que regride à década de 1950 e líquida com a conquista do direito

²ARRUDA, op. cit., p.88.

³ Ibidem, p.18.

⁴ FERNANDES, Carla Montuori et al. A Pós-Verdade em tempos de COVID-19: o Negacionismo no discurso do governo no Instagram. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v.16, n.2, dez. 2020, p.2. Disponível em:<<https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5317>>. Acessado em: 16 fev. 2023.

⁵ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução: Fernando Tomaz, Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989. p.15. Disponível em:<<https://nepego.paginas.ufsc.br/files/2018/06/BOURDIEU-Pierre.-O-poder-simb%C3%B3lico.pdf>>. Acessado em: 18 fev. 2023.

à educação básica; e, em curso, na contrarreforma da Previdência. Esta é a mais letal, pois interdita o direito à vida digna a maioria da população. Trata-se de uma agenda insensata porque não só congela direitos fundamentais à vida, mas os extermina, jogando milhões de trabalhadores ao desemprego, subemprego e ao desespero, tornando-se vítimas das mais brutais violências do estado. Tudo isso com promessas falsas em nome de salvar os lucros, especialmente dos bancos⁶.

As ações desenvolvidas objetivam privilegiar os grupos de empresários, proprietários de latifúndios e grandes empresas em detrimento do trabalhador comum. No campo educacional, tratou-se de um desmonte da educação com mecanismo que impede o fortalecimento do pacto pela democratização das escolas a fim de romper com o analfabetismo, baixa escolaridade, evasão, carência infraestrutural, criticidade, aumento dos alunos advindos das cotas raciais e discentes de escolas públicas no âmbito universitário. No entanto, acabou se tornando um pacto contra a ampliação da educação brasileira e da desvalorização dos docentes e discentes escondidos em tentativas em atender aos bancos internacionais como o FMI (Fundo Monetário Internacional) de captação financeiras oriundas de dívidas longas e gigantescas. Trata-se de uma agenda avessa à democracia e aos brasileiros e brasileiras que acabou desencadeando ainda mais desemprego, subemprego e problemas na infraestrutura escolar. Sobre o Novo Ensino Médio:

Na prática, o que vai ocorrer na maioria das escolas públicas do Brasil onde estudam as filhas e filhos da classe trabalhadora é a oferta do quinto itinerário, formação profissional, em escolas sem laboratórios e sem professores preparados para isto. Mas a lei já tem o gatilho de permitir as parcerias com o setor privado e parte da carga horária por meio remoto. Portanto, a tese que o jovem pode escolher entre os cinco itinerários é falsa, quer pelas condições objetivas das escolas, quer pelas condições reais dos alunos. O efeito, mediante dispositivo legal, é a negação à educação básica. Está entendida como o acesso, tanto aos conhecimentos das disciplinas que permitem entender as leis da natureza, quando àquelas que facultam entender as relações sociais. Conhecimentos fundamentais para entender, por exemplo, as pandemias, o aquecimento global, a concentração da propriedade e da renda na mão de cada vez menos famílias ou grupos e o aumento sistemático da desigualdade que se manifesta pela pobreza, extrema pobreza e pela fome⁷.

Esses problemas manifestaram-se no campo educacional desde da Emenda Constitucional 95/2016 que congelou os gastos na educação por 20 anos e na Reforma do Ensino Médio (lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017) que colocou a educação básica encurralada no ensino técnico e nos itinerários formativos (Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias e Formação Profissional), onde os alunos poderão “escolher” o que estudar

⁶ FRIGOTTO, Gaudêncio. op.cit., p.120.

⁷ Ibidem, p.132-133.

de modo a prepará-los exclusivamente para o vestibular ou exames nacionais de acesso ao ensino superior, de modo a se preparar para a cidadania e criticidade.

No entanto, essas questões foram priorizadas no Governo Bolsonaro em razão da crescente aversão a pedagogia libertária, sobretudo condenando a imagem de Paulo Freire (1921-1997), intelectual e grande defensor da prática pedagógica crítica, em detrimento da educação militar e da “despolitização” das escolas em nome de uma suposta não doutrinação dos discentes. Acabaram apontando como principais culpados os professores e professoras que supostamente professam a doutrinação dos discentes retirando sua inocência e tentando ocupar o papel de educar que deveria ser da família. Taxando as Ciências Humanas, como História, Geografia, Sociologia e Filosofia, como principais meios de corrupção da dignidade humana e da educação brasileira, seriam as causas do caos.

No entanto, Paulo Freire, foi agraciado com títulos em vida e *in memoriam* em torno de 48 títulos de *doutor honoris causa* por diversas universidades brasileiras e no exterior. Mesmo com o grande reconhecimento, voltou a ser atacado e desqualificado com a presença de setores conservadores no cenário público nacional. Criticando a qualidade literária dos textos e sua pedagogia, responsabilizando o educador pela qualidade da educação, afirmando que seus escritos eram ultrapassados, e altamente políticos. Esses pensamentos ganharam ainda mais força com o momento Escola sem Partido, que se propõem a romper com a doutrina nas escolas em nome da neutralidade⁸.

Esses problemas também se somam à ameaça da militarização escolar como possível “solução” para o caos que as escolas públicas poderiam expressar com a politização das instituições de ensino. Os sentimentos de nacionalismo, patriotismo foram algo marcantes no governo Bolsonaro, sobretudo quando pensando no ambiente educacional.

Sendo proposto em 2019, a criação de 216 escolas nesses moldes com o Programa Nacional de Escolas-Cívico Militares. O próprio governante chegou a acusar a democracia como responsável pelos problemas do ensino no Brasil, mostrando-a como fragilizada por uma imposição de valores de grupos não abertos à pluralidade. Esse movimento, tornou-se o chão da sala de aula ainda mais tenso e com prejuízos mais evidentes e profundos à educação em direitos humanos, justamente porque colocou de um lado da “trincheira” as perspectivas adversas a pluralidade, apoiados na “família tradicional”, *fake News*, enrijecimento do conservadorismo, são ofensivas sérias a democracia nacional, e do outro grupos considerados

⁸ HADDAD, Sérgio. Paulo Freire, o educador proibido de educar. In: CÁSSIO, Fernando et al. *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2019. p.145.

petistas, esquerdistas e comunistas, tudo em um mesmo patamar sem nenhuma diferenciação ou comprovação do vínculo⁹.

A privatização e militarização podem transformar o Estado, assim como o apoio religioso, no entanto quando colocados superiores a pluralidade, esmiúçam a vivência democrática a níveis preocupantes, próximo de uma distopia futurista. Ameaçando o teor político do Estado com a exclusão de atores sociais que não fazem parte do grupo privilegiado, podendo levar a separação, marginalização e violência. Esses são fatores terríveis ao fortalecimento democrático em valores igualitários, integrativos e libertários.

Atingindo ferrenhamente a educação a patamares de alienação e censura de uma abordagem educacional crítica e pluralista visando incluir diversos grupos sociais historicamente excluídos como mulheres, negros, negras, povos indígenas, quilombolas, integrantes de religiões de matrizes africanas e afro-brasileiras, estrangeiros, crianças, pessoas em situação de rua, entre outros que nos últimos anos tiveram sua expressividade atacada violentamente por grupos discriminantes. A escola não deveria ser um ambiente favorável a violência e à segregação, embora quando não vista no seu sentido emancipador acaba corroborando com a fragilização democrática. Não se trata de um ambiente neutro, ou apolítico, mas um laboratório social dentro da sociedade, em um espaço de socialização e escolarização.

A História em tempos de caos: as perspectivas antidemocráticas e anti-intelectuais no contexto escolar brasileiro

O ensino de História e a própria historiografia discute a educação como mecanismo de emancipação, uma leitura crítica do mundo, como condição necessária a própria formação do espaço educacional na valorização da diversidade, do estudo histórico dos contextos, considerando a temporalidade e a contemporaneidade dos seus alunos, principais sujeitos no chão da sala de aula. Nos últimos anos as forças hegemônicas têm reduzido a instrução educacional a um insumo econômico ou estratégia de disciplinar e doutrinar reafirmando uma agenda classista, racista, machista, homofóbica, misógina e oposta a laicidade. Objetivando enfraquecer as instituições, frear a democratização e desconstruir o princípio do bem-estar

⁹ FRANCO, Clarissa De; MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque. A teocratização, privatização e militarização no governo Bolsonaro: perspectivas anti-democráticas e contrárias à educação. *Mandrágora*, Universidade Metodista de São Paulo, v.26, n.1, 2020, p.220. Disponível em:< <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MA/article/view/10301>>. Acessado em: 19 fev. 2023.

social inaugurado com a Constituição Federal de 1998. Desconsiderando também os contextos educacionais, as baixas remunerações dos docentes e profissionais escolares, uma infraestrutura digna, espaços escolares superlotados, tudo isso dificulta a realização de processo de ensino e aprendizagem¹⁰, pois:

A educação se concretiza por meio de processos educativos, sistematizados ou não, que se dão nos diferentes espaços da vida cotidiana. A escola é a instituição criada com o objetivo de socializar saberes e conhecimentos historicamente acumulados, mas também de construir outros. Assim, ela tem o papel de criar as condições para os (as) estudantes se apropriarem da cultura, até mesmo reinventando-a. Nesse sentido, o aprendizado é a apropriação individual da cultura ensinada, ao passo que o ensino é o trabalho das educadoras e dos educadores para facilitar a aprendizagem dos (as) estudantes. Precisamente, portanto, nas escolas se realiza o processo de ensino-aprendizagem. O direito à educação é, em um sentido geral e por consequência, o direito de todas as pessoas se apropriarem da cultura, por essa apropriação ser parte essencial da condição humana e uma necessidade para o pleno usufruto da vida. Por isso, o direito à educação é, concretamente, um direito humano. Finalmente, para o direito à educação se realizar são necessários dois esforços – ou dois trabalhos, tomados aqui como atividades orientadas a fins específicos: o trabalho do (a) educador (a) de ensinar (ou educar) e o trabalho do (a) estudante (educando (a)) de aprender¹¹.

A educação realiza-se por meio de processos educativos, sistematizados ou não, ocorrendo em distintos espaços do cotidiano e na escola. Essa última, foi criada com o intuito de socializar saberes e conhecimentos, objetivando potencializar a construção de outros espaços intelectuais. Ela tem o papel de criar condições para a apropriação cultural, mas também a sua produção. É direito previsto constitucionalmente o acesso ao espaço escolar com condição de cidadania humana e o pleno exercício da vida no exercício democrático. Pelo Plano Nacional de Educação 2014-2024, isso deveria ocorrer pelo Custo Aluno-Qualidade inicial (CAQi) e do Custo Aluno-Qualidade (CAQ), que deveriam mediar os investimentos equivalentes a 10% do PIB (Produto Interno Bruto) em políticas educacionais.

No entanto, os governantes ultraliberais não aceitam esses mecanismos, pois não querem investir 1% a mais, em educação pública, deixando ainda que das 184 mil escolas, apenas 0.6% possuam padrão de qualidade digno, segundo a Campanha Nacional pelo Direito à Educação¹². Os trabalhadores da educação ao cobrarem resultados positivos, melhoria dos salários, condições de trabalho, tornam-se inimigos da educação. A educação foi para o

¹⁰ CARA, Daniel. Contra a barbárie, o direito à educação. In: CÁSSIO, Fernando (Org.). *Educação contra a barbárie*: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2019. p.28.

¹¹Ibidem, p.26.

¹²Ibidem, p.29.

governo Bolsonaro uma oportunidade de negócio, mas principalmente uma estratégia de dominação. Sobretudo, em tempos de excesso de desinformação como atesta a charge a seguir:

Imagem 1 – Desinformação e ironia



Fonte: MARZ, Marília. *Charge-Outubro 2021*. Folha de São Paulo, out. 2021. Disponível em: <<https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1712381516737972-charges-outubro-2021>>. Acessado em: 18 fev. 2023.

A imagem acima destaca a desinformação promovida pelo ex-presidente em um dos mecanismos utilizados para difusão de sua propaganda ideológica e sensacionalista na internet. O autor, criticou o uso desenfreado de ideias, perspectivas e informações sem o trato da veracidade, sobretudo quando utilizadas para desacreditar a ciência, o ensino público, as escolas e o trabalho acadêmico de professores e pesquisadores. Esses foram alvos da tentativa presidencial em associar o mérito científico e o ensino universitário como balbúrdia, desmerecendo os trabalhadores da educação. No entanto, atingiu a educação básica como sendo espaço caótico permeado pela difusão de ideologias corruptíveis e avessas a inocências dos alunos. Essa questão acabou colocando em xeque o próprio papel da escola como espaço democrático e educacional.

Nessa conjuntura, esse mecanismo de crítica social funcionou como uma forma de discurso satirizado e irônico sobre a realidade palpável. As charges são ricas fontes de pesquisa e análise, pois evidenciam olhares subjetivos sobre determinado período, expressam valores e o imaginário popular, denunciam, reivindicam e se manifestam contra ou a favor de

determinada circunstância¹³. Suas características visuais e não-verbais permitem também que os leitores possam interpretá-las e construir interpretações a respeito.

Somando-se ao fato de que nesse período também foi caracterizado pela propagação nos espaços escolares dos pressupostos que supostamente teriam o potencial de corromper a dignidade dos alunos e tornar a escola um espaço propulsor da violência, segregação e contrária a valores cristão. A ideologia de gênero seria um fator que disputaria com a escolarização “Sem doutrinação”, a visão de que a verba gasta com a educação era suficiente e ao mesmo tempo mal gasta, o ensino de tendência técnica ganhou fôlego, os professores seriam propagadores de discursos e ideologias, entre outras questões ganharam expressividade nesse momento em razão da forte concentração de discursos em defesa da família, do direito a escolha dos pais e não da escola sobre os conhecimentos a serem difundidos e em defesa da valorização da educação “não politizada”.

Nessa conjuntura, a Pós-verdade seria o fenômeno que distorce as evidências científicas em detrimento de “verdades alternativas” apoiadas em opiniões, crenças e convicções supervalorizadas por um grupo específico. Alimentando valores e ideias em detrimento de outros. Nesse sentido, o que é possível de ser acreditado condiz com as aspirações de um grupo específico. E quando não é, torna-se mecanismo de negação. No Brasil, o cenário das eleições presidenciais que suscitaram na eleição de Bolsonaro, cuja a campanha se deu basicamente no meio digital, assim como a difusão das suas ideias no período posterior foram cruciais para a ampliação da sua zona de perpetuação ideológica.

Chama-se a atenção de que a desinformação se tornou um aspecto que originaria intenções e uma “performance” ideológica que forjou uma determinada versão dos fatos com fins específicos de desinformar, confundir e distorcer a realidade. No entanto, essas percepções identitárias estão mudando, tornando-se fragmentadas, compostas não somente por um, mas várias identidades, algumas contraditórias ou não-resolvidas. Correspondem as paisagens sociais externas e que asseguram a conformidade subjetiva com as necessidades da cultura existem, estão entrando em colapso, tornando-se mais provisório, variável e problemático¹⁴.

¹³ GONÇALVES, Ítalo Bruno Paiva. As contribuições da Charge para o ensino de História. *Revista multidebates*, v.3, n.1, Palmas-TO, mar. 2019, p.24. Disponível em:<<https://revista.faculdadeitop.edu.br/index.php/revista/article/view/127>>. Acessado em: 19 fev. 2023.

¹⁴ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro, 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p.11-12. Disponível em:<https://leiaarqueologia.files.wordpress.com/2018/02/kupdf-com_identidade-cultural-na-pos-modernidade-stuart-hallpdf.pdf>. Acessado em: 16 fev. 2023.

Esses mecanismos tomados como naturalidade acabam se manifestando em xenofobia, sexismo, exclusão, violência, liberdades sendo suprimidas e violentadas¹⁵. Seria também utilizar ideias consideradas “boas para todos” no sentido de serem boas apenas para um grupo específico, excluídos os demais sujeitos da sociedade. Pensar nesse contexto, traz uma alerta para “exercitar a memória e as projeções de futuros possíveis pode auxiliar o delineamento corrente de caminhos à sociedade em que se torne cada vez mais difícil de reproduzir *desgraças aos outros*”¹⁶. Essas questões adentraram no âmbito escolar e colocam os professores em “suspeita” sobre sua conduta, mas também em alerta as próprias informações veiculadas no ambiente educacional.

Atributo que acabou gerando o Negacionismo bolsonarista e dos seus eleitores e apoiadores, embora seja um comportamento que vem sendo adotado desde o início de sua campanha até os últimos dias de governo, utilizou-se de declarações como: “Não houve ditadura no Brasil”, “o Nazismo é de esquerda”, “os portugueses nem pisaram na África”, a “fome no Brasil é uma grande mentira”, “não há desmatamento na Amazônia”, defendeu a existência de uma “doutrinação ideológica” implantada pela esquerda, e que há a necessidade de “desesquerdizar” as escolas e universidade apoio no projeto Escola Sem Partido, entre outras frases com conotação distorcida e violenta¹⁷.

O Negacionismo enquanto fenômeno mundial se divide em distintas vertentes, ou seja, aqueles que negam o Holocausto na Alemanha Nazista, os sujeitos que contestam os crimes cometidos em ditaduras militares, os que contestam os efeitos do Aquecimento Global, os terraplanistas e os antivacinas, entre outros, que alcançaram mais visibilidade na internet e redes sociais¹⁸. No caso do Bolsonarismo, os efeitos da política negacionista do ex-presidente oscilavam entre opiniões que apoiavam a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) ocorrida no Brasil, vangloriando membros do exercício acusados de serem torturadores, exortar o sexismo, defender posicionamentos racistas e homofóbicos, portanto, posicionava-se avesso aos direitos humanos. Esse discurso, violento e disruptivo, levou seus seguidores a pedirem intervenção militar, o fim do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal e até mesmo

¹⁵ TALONE, Vittorio da Gamma. Distopias presentes, passadas e futuras: os monstros da sociedade. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 20, n.49, set./dez. 2018, p.372. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/80251>>. Acessado em: 16 fev. 2023.

¹⁶ ARRUDA, Robson Lima de. O Negacionismo como artefato da Pós-Verdade: Bolsonaro, a Pandemia e a Educação. *BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)*, Boa Vista, ano III, vol. 5, n.15, 2021, p.91. Disponível em: <<https://revista.ioules.com.br/boca/index.php/revista/article/view/259>>. Acessado em: 16 fev. 2023.

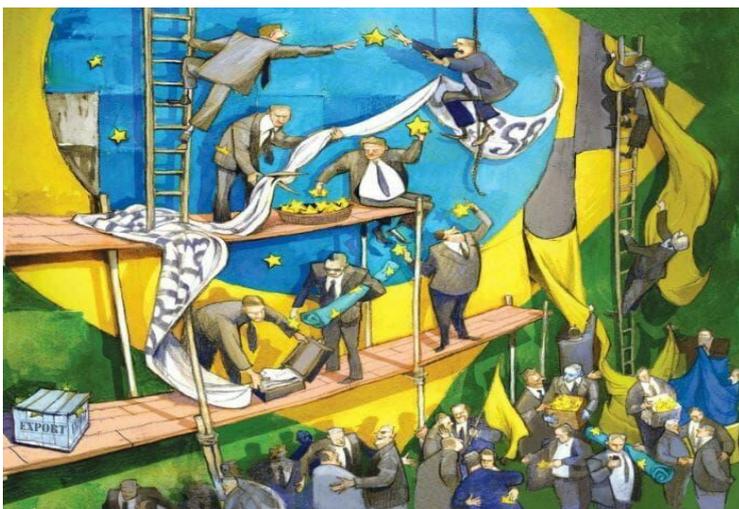
¹⁷ Ibidem, p.87.

¹⁸ FERNANDES, op.cit, p.11.

o regresso da Ditadura Militar. Esse pode se faz através “[...] das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia [...]”¹⁹.

Nesse contexto, o termo “massa” se aplicou às pessoas que, simplesmente pela quantidade e indiferença, não podem ser integradas em um grupo político, organização profissional ou sindicato de trabalhadores, mas também a maioria dos seus membros praticamente ainda não haviam participado das decisões políticas. Isso permite a introdução de mecanismos novos de propaganda política e a indiferença aos argumentos opositores. Essas ideias moldam o grupo e assim preferem métodos coesivos e discriminatórios, que sinalizam ao ódio e ao terror²⁰. A próxima imagem revela um pouco essa perspectiva da ideologia de massa no governo bolsonarista:

Imagem 2 – construindo o Brasil bolsonarista



Fonte: ALARÇÃO, Renato. *O núcleo duro de Bolsonarismo*. Portal Geledés, 23 out. 2021. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/o-nucleo-duro-do-bolsonarismo/>>. Acessado em: 18 fev. 2023.

O Brasil, representado na imagem expressa e denuncia uma nacionalidade construída pelos homens, ricos e brancos, excluído totalmente as mulheres, os negros e negras, as crianças, os povos indígenas, os povos quilombolas, ou seja, a diversidade cultural e social existente no país. Apresentando ao mundo uma falsa ideia de nação sem a sua população

¹⁹ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução: Fernando Tomaz, Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989. p.15. Disponível em: <<https://nepege.paginas.ufsc.br/files/2018/06/BOURDIEU-Pierre.-O-poder-simb%C3%B3lico.pdf>>. Acessado em: 18 fev. 2023.

²⁰ ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução: Roberto Raposo, 1.ed., São Paulo: Companhia das letras, 2012. p.439-440.

majoritária, retirando do palco público os principais atores em detrimento de um grupo seletivo e privilegiado. Esse nacionalismo forçado no governo Bolsonaro que empreende congregar em um único povo – a Nação brasileira, em verdade não representa a maioria, mas partilha de uma concepção ideologia sexista, racista e desumana. Apresentando uma imagem dissimulada e excludente onde o símbolo nacional está nas mãos de um público privilegiado secularmente. O progresso e a ordem estariam sendo encabeçados pelas figuras masculinas, estas mesmas que carregam seus Estados nas mãos, um gesto simbólico ao responsabilizá-los por tudo. Esse panorama também refletiu no ambiente educacional quando a diversidade étnico-racial passou a ser questionada, sobretudo, com a suposta expansão ideológica de perspectivas racistas e sexistas.

A Estratégia seria submeter a sociedade ao enrijecimento da exclusão e marginalização, expelidos através da criação e sustento da elite econômica e política, na “[...] prática, promovem o autoritarismo que, por definição, coíbe a apropriação de cultura livre e emancipada”²¹. Vale ressaltar que seu discurso vem sendo amplamente aceito por boa parte da sociedade, principalmente pela classe média e pelas elites, assim como uma parte significativa da classe trabalhadora empobrecida. Esses brasileiros e brasileiras acreditam em verdades, mentiras e falsas promessas das *Fake News* (notícias falsas) que foram disseminadas em demasia nos últimos anos.

Essas informações são expelidas na internet ou difundidas entre grupos específicos que exprimia uma ação de higienização na política nacional de modo a romper com o histórico de corrupção nos últimos, apoiadas em um preceito religioso e uma tentativa voraz em manter padrões tradicionais moralistas que compactuam com segregação, exclusão e violência. Tratou-se também de um ufanismo político amparado na idealização de um líder único e popular amplamente chamado de “mito” que em verdade defendia perspectivas antidemocráticas pensadas sob a limitação da liberdade de expressão, violência e opressão dos grupos homossexuais, mulheres e contrários à sua política. Amparado em falsidades e na contestação da democracia como sistema político igualitário e seguro:

²¹ CARA, Daniel. Contra a barbárie, o direito à educação. In: CÁSSIO, Fernando (Org.). *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2019. p.31.

Imagem 3 – Terraplanismo e o voto impresso



Fonte: BENETT. *Charge – Novembro 2020*. Folha de São Paulo, nov. 2020. Disponível em: <<https://fotografia.folha.uol.com.br/charges/>>. Acessado em: 18 fev. 2023.

A charge acima critica duas concepções bastante difundidas no governo Bolsonaro. A primeira corresponde a uma vertente do Negacionismo, onde o terraplanismo, ou seja, acreditar que a Terra é plana, foi visto como uma forma de contestar a ciência e desacreditar na produção científica a partir de ideias criados por grupos com ideologias e pensamentos particulares que funcionam como mecanismos que causam pânico e incerteza na população em razão de oferecerem visões de mundo sem comprovação, baseado apenas na subjetividades ou fundamentadas em informações sem veracidade ou apenas inventadas como verdadeiras, mas sendo falsas. Nessa mesma conjuntura, surgiu a contestação do voto nas urnas digitais, pois acreditava-se que poderia haver fraudes ou erros tecnológicos que pudessem obstruir o verdadeiro resultado das urnas ao favorecer determinado candidato em detrimento de outros.

Isso causou pânico na internet em razão dos seus apoiadores influenciados pelo ex-presidente passarem a difundir um movimento contestando o resultado das urnas e a troca pelo voto impresso. Levando ao desprestígio democrático na votação eleitoral, colocando em cheque o desempenho transparente do Supremo Tribunal Eleitoral e da democracia brasileira, chegando a pedir ou melhor exigir a intervenção militar. A agenda política bolsonarista pretendeu impor uma nova fase de obscurantismo (apoiado no conservadorismo e em grupos de extrema direita) no intuito de ceifar formas de autonomia e pensamento crítico a partir do viés antidemocrático e anti-intelectual do seu desgoverno²². Criticando a suposta difusão

²² TORRES, Michelangelo. Um balanço crítico dos primeiros 18 meses da política educacional do governo Bolsonaro. In: FARIA, Fabiano Godinho; MARQUES, Mauro Luiz Barbosa (Org.). *Giros à direita: análises e perspectivas sobre o campo líbero-conservador*. Sobral – CE: Sertão Cult, 2020. p.161. Disponível em: <<https://deposita.ibict.br/handle/deposita/166>>. Acessado em: 19 fev. 2023.

ideológica nas escolas de convenções teóricas vistas como inexistentes e manipuladoras, para que fosse difundido uma escola apolítica:

Imagem 4 – ideologia de gênero e violência armada



Fonte: FREIRE, José Ribamar Bessa. *Os dois Brasis na eleição presidencial*, TAQUIPRATI, 30 out. 2022.

Disponível em:<

<https://www.taquiprati.com.br/cronica/1664-os-dois-brasis-na-eleicao-presidencial?reply=37665>>. Acessado em: 18 fev. 2023.

A personagem central faz referência a ex-ministra Damara Alves que ficou famosa pelas suas expressões antidemocráticas e favorável a não laicidade. No balão a frase foi remodelada de uma anterior, onde ela dizia: “menino veste azul, e menina veste rosa” amplamente divulgada na internet e criticada pelo seu teor ideológico de gênero, no entanto essa mesma frase ganhou outro sentido na charge ao ser associada a intensificação da militarização e do comprar de armas no governo Bolsonaro. Essa política permitiu que pessoas civis tivessem acesso aos armamentos e pudessem utilizá-los. No entanto, a imagem também representa dois políticos, o primeiro um candidato à presidência, Roberto Jefferson, bolsonarista, que atirou e jogou granadas nos policiais federais que estavam cumprindo mandado de prisão na sua residência.

E a segunda imagem, representa a deputada federal Carla Zambelli, que havia tentado atirar em um civil que participava de uma manifestação contra Bolsonaro em 2022. Este civil era negro e não portava armamento, e ela foi acusada de racismo pelo ato violento. Essa imagem chama a atenção para racismo estrutural que anualmente mata milhares de negros e negras violentamente através de arma de fogo, trata-se de um negrocídio disseminada na sociedade brasileira por meio da violência polícia, balas perdidas na periferia, morte incidentais, entre outros casos. Nesse contexto, o governo Bolsonaro significou:

[...] se expressa por uma agenda de guerra cultural contra a diversidade, o pensamento divergente e marcada pelo Negacionismo da ciência e pelo fundamentalismo religioso, político e do mercado. Certamente o fundamentalismo religioso é o mais perverso, pois não se guia pela racionalidade, mas pelo dogma e em nome de ‘Deus’ destila violência e ódio. Junto ao fundamentalismo político conforma uma agenda de anulação ou eliminação dos adversários. O culto às armas se torna o signo que cultua a violência como pedagogia da ameaça e do medo para anular a luta política pelos direitos universais da comer, beber, ter um teto, trabalho, educação e saúde. A desumanização se incompleta por uma política econômica onde tudo tem que ser reduzido a mercado, inclusive a vida. A subordinação da saúde e salvar vidas na pandemia à soberania do mercado e da economia se materializou ao longo de dois anos. A síntese perversa desta política genocida foi verbalizada pelo Ministro da Saúde Queiroga ao defender a não obrigatoriedade do passaporte da vacina para quem vem do estrangeiro: ‘É melhor perder a vida do que a liberdade’²³.

As ações e ideais defendidos pelo ex-presidente Bolsonaro congregam ao seu entorno forças antidemocráticas que se apoiam em perspectivas que negam o potencial da ciência, fundamenta-se em dogmas religiosos que após serem distorcidos acabam destilando violência e ódio. Associado ainda ao culto às armas como pedagogia da ameaça e distorção da realidade a partir do medo e da repreensão. A desumanização se impõe como política que conduz o mercado, mas também a vida humana. Subordinado às vidas a fatalidades calculáveis e divulgadas nos dados oficiais do Estado. Fazendo uso de *slogans* como “o Brasil não pode parar”, “Brasil acima de tudo, Deus acima de Todos”, expressam que um tipo de coesão social que congrega valores e perspectivas que agradam grupos específicos da sociedade, mas que nas suas entrelinhas escondem a exclusão de classes minoritárias e menosprezadas violentamente por não corresponderem ou não partilharem das suas visões de mundo.

A imagem a seguir também aborda uma das violências empreendidas no governo Bolsonaro:

²³ FRIGOTTO, Gaudêncio. Sociedade e educação no Governo Bolsonaro: anulação de direitos universais, desumanização e violência. *Revista Desenvolvimento e Civilização*, v.2, n.2, p.118-119, jul./dez. 2021. Disponível em:< <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/trdciv/article/viewFile/66270/41708>>. Acessado em: 18 fev. 2023.

Imagem 5 – Ideologia de Gênero



Fonte: MOTTA, Fernando. *Mãe, o que é, imbroxável?* Quebrando Tabu, 7 set. 2022. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CiN9rIQuU5Q/>>. Acessado em: 18 fev. 2023.

A charge abordou a propaganda ideológica em torno da ideologia de gênero como suposta ameaça à integridade das crianças. No entanto, também é criticado um discurso em que o ex-presidente citou repetidamente a palavra “imbroxável” proferido em discurso no dia 07 de setembro de 2022 para se referir ao seu desempenho sexual. No balão está escrito “imbroxável” propositalmente para indicar a fala de uma criança inocente e ao seu lado está um adulto que tem escrito na camisa “pela inocência das criancinhas” que ficou envergonhado com a palavras expressa pelo menino. Essa palavra apresenta o sentido sexualizado e não usou ao discurso político público como foi o caso usado pelo ex-presidente e desestimulado pelos defensores de uma escola apolítica e sem doutrinação de gênero.

Esse esforço estaria no sentido de romper com a suposta “erotização das crianças” desde a mais tenra idade, os alunos estariam sendo estimulados a terem interesse pela masturbação, homossexualidade, prostituição, aborto, poligamia, pornografia, pedofilia, bestialismo, etc. Alarmados, os pais deveriam ser convocados a se unirem em uma cruzada em “defesa da família” embalados pelos lemas: “Abaixo a ideologia de gênero!”, “Salvemos a família!”, “Respeitem a inocência das crianças!”, “Meu filho, minhas regras!”, entre outros. Fortalecendo visões de mundo e valores contrários aos direitos sexuais e as conquistas feministas, obstruindo a adoção de medidas de equidade de gênero. escolhendo os docente como principal alvo dessa ofensiva e a escola como centro de um debate público em defesa deslegitimar a liberdade dos (as) professores (as) e desestabilizar o caráter público e laico da instituição escolar como espaço de formação crítica e de socialização para convívio social, plural e democrático. Mas na verdade a ideologia de gênero seria o machismo, sexismo,

misoginia, heterossexismo, transfobia e a pugna religiosa-moralistas e antifeminista contrárias à adoção da perspectiva de gênero nas políticas públicas²⁴. A próxima charge também aborda as idealizações difundidas pelo ex governo presidencial:

Imagem 06 – Nós somos os cidadãos de Bem!



Fonte: ASSIS, Leandro; OLIVEIRA, Triscila. *Nós Somos os cidadãos de bem!* Folha de São Paulo, 31 ago. 2020. Disponível em: < <https://fotografia.folha.uol.com.br/charges/> >. Acessado em: 18 fev. 2023.

A charge acima aborda algumas frases preconceituosas e racistas. A primeira dita por uma mulher branca sobre o uso de biquínis e o beijo entre duas mulheres na praia. Ela afirma que se tivesse visto “quebrava era as garrafas na cabeça delas!”, o que mostra o comportamento violento e homofóbico expelido na frase. O segundo personagem é um homem branco exorta a meritocracia e ainda afirma que o entregador tem “inveja” porque ele é branco e europeu, e ele vem da “quebrada” terminada acrescentando que o sujeito merecia “descer a mão” em sinal de violência para com o sujeito.

O terceiro homem branco contestou a atitude de um garçom que não atendeu um médico, rico e branco após o restaurante fechar, afirmando que essa regra não deveria se aplicar a ele e deixam explícito a quem deveria ser aplicada – aos homens e mulheres negros. A quarta mulher branca afirmou que um diploma torna a pessoa melhor do que as demais profissões. Todos falaram da perspectiva branca que exclui e marginaliza parte significativa da população. Pensar no lugar de fala seria romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado, um movimento no sentido de destituir a hierarquia racial e a violência de um

²⁴ JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A “ideologia de gênero” existe, mas não é aquilo que você pensa que é. In: CÁSSIO, Fernando (Org.). *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2019. p.135-136.

racismo estruturalmente imposto²⁵. Seria combater pensamentos e ações que denotam percepções racistas, homofóbicas e sexistas. Tornando a escola um espaço verdadeiramente democrático e receptivo a diversidade de público que faz parte do convívio escolar.

As vítimas do discurso de ódio são denominadas pejorativamente de “petralhas” e “mortadelas”. A primeira refere-se aos grupos políticos de esquerda e aos supostos comunistas. Já a segunda denominação corresponde a população que foi beneficiada pelas políticas públicas que agrediram a meritocracia e ainda serem principais alvos da polícia e criminosos em potencial, são os grupos minoritários socialmente que vivem na periferia sobretudo mulheres e homens negros, homossexuais, indígenas, entre outros. A violência também se expande ao fundamentalismo religioso que contestava a laicidade do Estado e da educação, engendrando ódio ao diferente, ao pensamento crítico e ao pobre. A matança das camadas mais pobres, sobretudo associado a questões raciais tomou a sociedade com naturalização nas mãos de armas policiais e nos subúrbios brasileiros²⁶.

No entanto, ao reforçar uma identidade cristã, como foi feito pela ex-Ministra Damares Alves e pelo próprio ex-presidente significou também que a pluralidade religiosa estava submetida a certos valores referenciais, mesmo essa identidade teocrática não seja partilhada por todos os cristãos, mas acaba excluindo a diversidade existente no Brasil, corroborando para “[...] a educação torna-se frágil na criação de repertórios para o mundo plural. A teocratização do governo Bolsonaro é chave desse enfraquecimento de repertórios”²⁷.

A volatilidade das massas sociais em torno de um líder político se faz pela manipulação franca. O fator psicológico se propõe mais poderoso na política, nem mesmo quando seus apoiadores se tornam vítimas dessa política necrótica²⁸. A próxima charge representa a Escola do governo Bolsonaro:

²⁵ RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo: Sueli Carneiro: Editora Jandaíra, 2021. p.89.

²⁶ FRIGOTTO, Gaudêncio. Sociedade e educação no Governo Bolsonaro: anulação de direitos universais, desumanização e violência. *Revista Desenvolvimento e Civilização*, v.2, n.2, p.121, jul./dez. 2021. Disponível em:< <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdciv/article/viewFile/66270/41708>>. Acessado em: 18 fev. 2023.

²⁷ FRANCO, Clarissa De; MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque. A teocratização, privatização e militarização no governo Bolsonaro: perspectivas anti-democráticas e contrárias à educação. *Mandrágora*, Universidade Metodista de São Paulo, v.26, n.1, 2020, p.217. Disponível em:< <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MA/article/view/10301>>. Acessado em: 19 fev. 2023.

²⁸ ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução: Roberto Raposo, 1.ed., São Paulo: Companhia das letras, 2012. p.436.

Figura 07 –Escola Fake



Fonte: IZANIO. *Escola Fake*. IZANIO CHARGES, 12 abr. 2022. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CcQ6JniPOW1/>>. Acessado em: 19 fev. 2023.

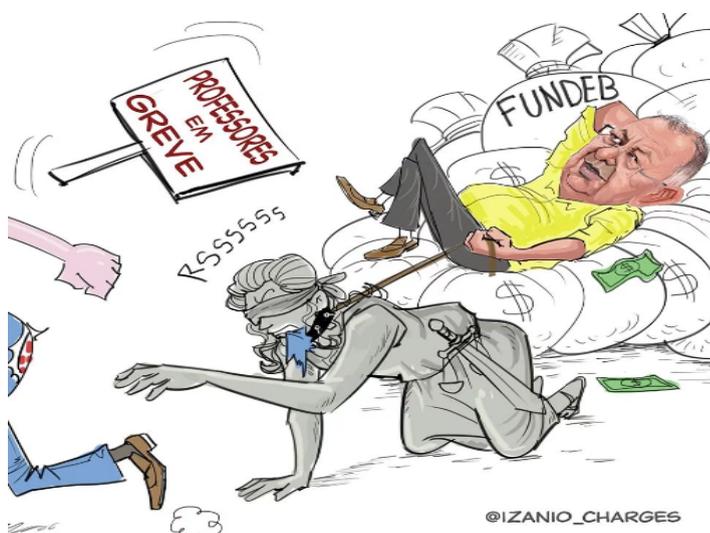
A escola *fake*, é representada por uma estrutura inflável, um brinquedo, sem o mínimo de infraestrutura escolar desejável, apenas uma tentativa ludibriosa de imitar uma instituição de ensino. Ela está sendo inflada por um político bolsonarista e ex-ministro – Ciro Nogueira. Nesta imagem, pode ser visto que a difusão de notícias falsas (*Fake News*) tentou difundir um modelo de escolar como sendo ideal e digno da educação pública, mas que em verdade não passava de uma tentativa de empurrar ao público brasileiro ideologias e percepções enganosas e antidemocráticas a fim de manipular a população e beneficiar unicamente os grandes empresários, políticos com raízes eleitorais passados de uma geração a outra como o caso de Ciro Nogueira, latifundiários, empresários e banqueiros, ou seja, não visibilizando a maioria da sociedade.

O contexto foi uma espécie de desmonte da escola pública, em razão dos cortes de recursos, desprestígio dos professores, marginalização do ensino público, ataques a laicidade do Estado e da educação, em favor dos ditames neoliberais, sobretudo, o ultraconservadorismo com solução para a crise econômica, social e política, que prega o controle dos investimentos no campo educacional usando como justificativa a administração precária dos recursos, a necessidade de um ensino voltado ainda mais para o mercado de trabalho, a ciência e a Universidade foram atacados e subjugados, expurgar a filosofia de Paulo Freire das escolas, priorizar o ensino tecnológico voltado para a atuação profissional, sem doutrinação e sexualização precoce, controlar o conteúdo a ser ensinado em favor da neutralidade, priorizar o ensino a distância como estratégia de expansão da educação, destilar ataques as escolas públicas, as cotas raciais, cotas sociais, em prol da mercantilização do ensino através da privatização, desqualificar os debates sobre gênero, raça e classe nos

espaços educacionais²⁹. Logo, “parece-nos que este é o receituário da classe dominante sob a égide de um governo de extrema direita num contexto de crise do capital”³⁰.

Apenas favorecendo grupos específicos que compram suas ideias e financiam suas atividades e contribuem com a propagação de suas informações e contribuem com a popularização do ex-presidente Bolsonaro. Graças ao apoio da maioria das classes dominantes e setores médios, mesmo em tempos de instabilidade política, crise econômica e sanitária, conseguiu manter-se no poder³¹. A última charge aborda o tratamento ofertado aos professores nesses tempos caóticos:

Figura 08 – professores



Fonte: IZANIO. *Professores*. IZANIO CHARGES, 08 abr. 2022. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CcGuOk3vtWT/>>. Acessado em: 19 fev. 2023.

Os docentes foram apresentados como sucateados pelos baixos salários, precárias condições de trabalhos, salas superlotadas e pouca valorização profissional, sobretudo em momento de greve foram enxotados e privados da justiça que estava amordaçada, presa e enraivecida pela sua condição de aprisionamento e ordenança decidida por figuras não justas, limitando-a para que não pudesse exercer o seu papel social. Enquanto, os políticos são apresentados por uma figura que priva o exercício da justiça, mas também mantém preço os

²⁹ FERREIRA, Franklin Douglas et al. Educação e Cultura na luta por emancipação da humanidade: ataques e resistências no governo Bolsonaro, *Revista de Políticas Públicas*, vol.24, 2020, p.318. Disponível em: <<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/15148>>. Acessado em: 12 jul. 2023.

³⁰ *Ibidem*, p.327.

³¹ TORRES, Michelangelo. Um balanço crítico dos primeiros 18 meses da política educacional do governo Bolsonaro. In: FARIA, Fabiano Godinho; MARQUES, Mauro Luiz Barbosa (Org.). *Giros à direita: análises e perspectivas sobre o campo líbero-conservador*. Sobral – CE: Sertão Cult, 2020. p.161-162. Disponível em: <<https://deposita.ibict.br/handle/deposita/166>>. Acessado em: 19 fev. 2023.

recursos que deveriam ser dos professores e das escolas como o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) com os cortes feitos ao longo desses anos. Deixando-os mais um ano letivo à mercê das adversidades e tendo que manter as escolas com pouquíssimas estruturas e com poucos recursos que deveriam pertencer às instituições de ensino básico.

As forças conservadoras que ganharam visibilidade no Governo Bolsonaro culminam como uma vertente ultraconservadora do próprio ex-presidente. No curso desse movimento, partidos de esquerda, sindicatos, movimentos sociais, escolas públicas (laica, gratuita e democrática) se tornaram objetos de ataques. Os professores passaram a ser vistos como maus olhares, acusados de causar balbúrdia e perigo por oferecerem doutrinação ideológica. Nessa conjuntura, oferecer o desmonte da educação seria uma série de cortes dos recursos financeiros nos últimos anos, que reduzem a função social escolar e precarizam seu funcionamento. Essa vertente ampara-se em:

[...] desconstruir a pseudo ideologia de esquerda presentes nas escolas e intensificar a ideologia da direita. Todas essas ações visam a um maior controle da formação dos (as) alunos (as), de modo a controlar o conteúdo a ser ensinado e evitar a análise crítica da realidade. Propostas como o Projeto Escola sem Partido e o *Homeschooling* são claras expressões da tentativa de promover uma formação tecnicista, pretensamente neutra, desprovida de conteúdo político e da liberdade de expressão que caracterizam a formação de pessoas críticas com capacidade de análise da realidade e tomadas de decisão autônomas. Sustentado em um discurso neoconservador e ultraliberal, o *Homeschooling* visa, por um lado, destituir o papel do Estado na oferta da educação e, por outro, afirma o patriarcado na definição da família tradicional. Outro aspecto que fica evidente no projeto educativo de Bolsonaro diz respeito à lógica de mercado como parâmetro para oferta da educação, seja pelos métodos de gestão, seja pela privatização da oferta da educação pública, como tem ficado evidente em seus discursos de ataque à universidade pública. Baseados em diagnósticos mal-intencionados (em manipulados) do Banco Mundial, o atual governo tem investido no sucateamento das universidades e na divulgação de visões distorcidas sobre as universidades brasileiras tentando destituí-las de seu papel de produtoras de ciência e tecnologia, como estratégias de privatização³².

As ciências e as produções científicas universitárias são atacadas em detrimento de ideias retrógradas que ofendem a democracia com discursos de ódio e violência. A agenda conservadora previa investir menos na educação superior e mais na educação básica e ensino técnico, expurgar os ideais freireanos das escolas, priorizar a Matemática, Ciências e Português, sem doutrinação e sexualização precoce e investir em educação à distância. Essas

³² CAVALCANTI, Cacilda Rodrigues et al. Educação e Cultura na luta por emancipação da humanidade: ataques e resistências no governo Bolsonaro. *Revista de Políticas Públicas*, Universidade Federal do Maranhão, Brasil, v.24, 2020, p.319. Disponível em:< <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/15148>>. Acessado em: 19 fev. 2023.

propostas se baseiam mais em convicções religiosas e ideológicas do que em diagnósticos da realidade educacional do país.

Dentre as principais propostas estavam: o *Homeschooling* (escolarização em casa), o Programa Escola Cívico-Militar, o Projeto Escola Sem partido, a alfabetização fônica e a privatização do ensino superior, dentre outros empreendimentos que pretendem pôr fim a educação pública gratuita, laica e democrática. Assegurando aos alunos o distanciamento de uma inserção social crítica e política. Afinal, quem deseja que os alunos pensem criticamente, atuem na sociedade, valorizem a dignidade humana e defendam a democracia? Por isso, Paulo Freire é visto como perigoso e acusado de profanar mentes dos jovens e adultos em prol de uma pedagogia libertária e dignificante.

Esse conjunto de problemas acarretam ainda no adoecimento docente, precarização das infraestruturas escolares, competição interna nas instituições de ensino superior, ampliação do assédio moral nas relações de trabalho, perseguição e violência política aos professores, racismo institucional, precarização na assistência aos alunos, evasão escolar, vigilância sobre os conteúdos ensinados e o currículo, depressão entre docentes e alunos, desvalorização profissional, baixos salários e carência no ensino e aprendizagem, entre outros valores³³. A tentativa de silenciar os docentes e descaracterizar a função social da escola acaba prejudicando os rumos educacionais brasileiros e tornam ainda mais crítico a produção de conhecimento e a aprendizagem dos discentes que podem se encontrar impedidos de usufruírem do desenvolvimento intelectual crítico voltado para agir ativamente na sociedade e não apenas seguirem grupos antidemocráticos, desumanos e alienados.

Essa falta de planejamento pode ser exemplificada na pandemia da COVID-19, onde o governo orientou que a partir do ensino básico, as escolas adotassem atividades não-presenciais (remotas) sem qualquer planejamento pedagógico ou consideração em relação a falta de infraestrutura educacional pública, carência econômica dos alunos, desconsiderando totalmente a realidade brasileira. O Ministério da Educação (MEC), demonstrou um discurso vazio e totalmente desconectado das necessidades escolares públicas, sem embasamento em diagnósticos consistentes, apenas apresentado uma visão que ignora as pesquisas acadêmicas, os sindicatos e entidades nacionais formadas por educadores, apoiando-se em propostas descabidas que evidenciam o desmonte da esfera pública, com projeto de privatização, ataque

³³ Ibidem, p.323.

a autonomia docente, autoritarismo e medidas antidemocráticas aproximaram o MEC da extrema direita³⁴. Somando ainda a essa conjuntura:

No que se refere à educação básica, o projeto de Lei 2.401/2019, de inspiração de comunidades religiosas fundamentalistas (pentecostais e neopentecostais), dispõe sobre o exercício do direito à educação familiar (domiciliar). Já o Decreto 9.765/19 (idealizado por um aluno de Olavo de Carvalho, Carlos Nadalim) instituiu a Política Nacional de Alfabetização que privilegia o ultrapassado método fônico, notadamente contestado por estudiosos. Também no governo Bolsonaro, o ENEM passou a ter supervisão em questões de provas no intuito de combater ‘viés ideológico’, conforme ficou claro no último exame, em que se deixaram de fora quaisquer questões que envolvessem discussões sobre gênero, sexualidade ou análise crítica de processos sócio-históricos (vale lembrar que a prova relativa a História deixou intocado o período entre os anos 1930 a 1980). Isso sem mencionarmos, novamente, o incentivo a aulas em EaD em substituição às aulas presenciais em contexto de pandemia do Covid-19³⁵.

Os projetos educacionais tinham como intuito servir pretensões religiosas de grupos apoiadores do governo de modo a fortalecer sua estrutura específica com intervenções pontuais e premeditadas, regressando com métodos de alfabetização ortodoxos contestado pelos estudiosos contemporâneos e censurar os conteúdos escolar que não atendiam a demanda ou não corroboram com a ideologia dominante, fortalecendo Negacionismo e negando discussões sócio-históricas como a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) ocorrida no Brasil, e tentou excluir debates sobre gênero, sexualidade a fim de defender uma suposta despolitização dos âmbitos escolar. O desafio da educação será fortalecer a criticidade, autonomia e democracia nas instituições em defesa do ensino público universitário, médio e básico. Contrariando a ideologia conservadora e privatista, contra o projeto de desmonte da pedagogia crítica e democrática nas escolas e a lógica do bolsonarismo³⁶. A educação ainda precisa distanciar-se da opressão, pois:

Daí que, estabelecida a relação opressora, esteja inaugurada a violência, que jamais foi até hoje, na história, deflagrada pelos oprimidos. Como poderiam os oprimidos dar início à violência, se eles são o resultado de uma violência? Como poderiam ser os promotores de algo que, ao instaurar-se objetivamente, os constitui? Não haveria oprimidos, se não houvesse uma relação de violência que os conforma como violentados, numa situação objetiva de opressão. Inauguram a violência os que oprimem, os que exploram, os que não se reconhecem nos outros; não os oprimidos, os explorados, os que não são reconhecidos pelos que os oprimem como *outro*. Inauguram o desamor, não os desamados, mas o que não amam, porque apenas se

³⁴ TORRES, Michelangelo. Um balanço crítico dos primeiros 18 meses da política educacional do governo Bolsonaro. In: FARIA, Fabiano Godinho; MARQUES, Mauro Luiz Barbosa (Org.). *Giros à direita: análises e perspectivas sobre o campo libero-conservador*. Sobral – CE: Sertão Cult, 2020. p.165. Disponível em: <<https://deposita.ibict.br/handle/deposita/166>>. Acessado em: 19 fev. 2023.

³⁵Ibidem, p.170.

³⁶Ibidem, p.171.

amam. Os que inauguram o terror não são os débeis, que a ele são submetidos, mas os violentos que, com seu poder criam a situação concreta em que se geram os ‘demitidos da vida’, os esfarrapados do mundo. Quem inaugura a tirania não são os tiranizados, mas os tiranos³⁷.

Na visão freiriana, os oprimidos quando não tentam se desvencilhar da opressão, são seus disseminadores, amparados nas falácias dos opressores, porque vêm nela a verdade absoluta ou a única visão da realidade. No entanto, para não sermos “hospedeiros da consciência opressora”, onde o comportamento dos oprimidos é prescrito pelo pensamento dominante com base em pautas opressoras. Os oprimidos que estão à sombra dos opressores seguem suas ideias, temendo a liberdade, e preenchem sua autonomia com ideologias hegemônicas. Ninguém tem liberdade para ser livre, pelo contrário, precisamos lutar por ela porque não temos. A situação opressora gera uma total desumanidade e a luta pela liberdade significa uma ameaça, não somente para os que oprimem, mas os oprimidos. Têm apenas a opção em seguirem alienados ou desalienados, serem atores críticos ou atuarem na ilusão opressora, cerceados no seu poder de criar e recriar para transformar o mundo³⁸.

O opressor desejava a “[...] permanência dela [liberdade] no estado de ‘imersão’ em que, de modo geral, se encontram impotentes em face da realidade opressora, como ‘situação limite’ que lhes parece intransponível”³⁹. Freire, defendia o diálogo, a liberdade de educar, a apreensão dos conhecimentos e o aumento da consciência cidadã. Era contra a educação horizontal, onde o professor falava e o aluno ouvia passivamente. Via a educação como um produto da sociedade, portanto, indissociável do contexto em que estava inserida⁴⁰. Mas caberia a pedagogia crítica intervir ativamente dentro da formação crítica dos alunos, instigando a sua formação intelectual e intervenção.

Portanto, a educação nos últimos anos vivenciou um período conturbado de negações, crises na veracidade das informações, expansão de ideias contrárias aos direitos humanos e a democracia. Foram tempos difíceis que chamaram atenção não somente para a necessidade de prestar assistências as demandas educacionais e fortalecer os vínculos com uma escola verdadeiramente democrática, mas também reforçaram a valorização do trabalho docente, da abertura escolar à diversidade de públicos e de temáticas a serem abordadas e discutidas. Não se trata de doutrinar os discentes, mas oferecer condições e espaços para discussão, produção

³⁷ FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 83.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022. p.58.

³⁸ *Ibidem*, p.47-48.

³⁹ *Ibidem*, p.54.

⁴⁰ HADDAD, Sérgio. Paulo Freire, o educador proibido de educar. In: CÁSSIO, Fernando et al. *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2019. p.144-145.

de conhecimentos, respeito e valorização das instituições de ensino como espaços singulares para o desenvolvimento social, crítico, político e cultural dos discentes enquanto seres pensantes e atuantes na sociedade.

Considerações finais

Os discursos opressores difundidos no governo Bolsonaro e expelidos sobre a educação colocaram em risco as Ciências Humanas e a educação como um todo, sobretudo suas potências intelectuais na formação crítica e autônoma colocando-as em segundo plano em razão da sua suposta politização e da difusão ideológicas de perspectivas contrárias a inocência dos alunos.

Em nome, da prevenção e da despolitização escolar foram expelidas falsas notícias, violências, intolerâncias e exclusões, somando-se ainda aos cortes na educação e a vigilância ainda maior sobre os conteúdos lecionados, tudo em nome de um país e um governo que valoriza a nacionalismo, seus símbolos e um povo elitizado que não é a imagem real do Brasil, mas que ainda têm suas faces firmes no racismo, sexismo, homofobia e nas desigualdades sociais gritantes. Alimentam falsas esperanças com falsas informações ou distorções serve apenas para tornar o negacionismo ainda mais doentio em uma sociedade que não carece de desinformação e alienação.

A educação ainda passou por um período obtuso, sobretudo pela tentativa de desfazerem os preceitos democráticos e autônomos tão caros ao ensino e aprendizagem. Levando por caminhos que poderiam romper com a criticidade, liberdade, integração da diversidade e socialização das diferenças que são fundamentais para torna o chão da sala de aula um espaço de democracia e inserção social que fazem da escola meio para discutir assuntos necessários objetivando romper com a violência, discriminação, sexismo, racismo, intolerância e xenofobia.

Apesar de tudo isso, a escola não é um espaço neutro e nem deveria ser neutro em razão do seu papel social em colaborar com a integração dos alunos e alunas na sociedade, formando-os criticamente para atuarem como sujeitos ativos e não apenas aliená-los em objetos da ideologia dominante difundidas por grupos elitizados e detentores do poder político e econômico. A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação da humanidade se faz pela não aceitação da desumanização como uma vocação histórica, nem

um destino dado, mas o resultado de uma “ordem injusta” que gerou violência dos opressores para com os oprimidos⁴¹.

Referências Bibliográficas

ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução: Roberto Raposo, 1.ed., São Paulo: Companhia das letras, 2012. 827 p.

ARRUDA, Robson Lima de. O Negacionismo como artefato da Pós-Verdade: Bolsonaro, a Pandemia e a Educação. *BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)*, Boa Vista, ano III, vol. 5, n.15, 2021, p.81-93. Disponível em: <<https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/259>>. Acessado em: 16 fev. 2023.

ATWOOD, Margaret Eleanor. *O Conto da Aia*. Tradução: Ana Deiró, Rio de Janeiro: Rocco, 2017. 366 p.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução: Fernando Tomaz, Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989. 306 p. Disponível em: <<https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/06/BOURDIEU-Pierre.-O-poder-simb%C3%B3lico.pdf>>. Acessado em: 18 fev. 2023.

BOLANÕ, César; ZANGHELINI, Fabrício. A desumanidade neoliberal não tem vacina: o vínculo entre Negacionismo e neoliberalismo no Governo Bolsonaro. *Revista Marx e o Marxismo*, v.10, n.29, jul./dez. 2022, p.170-178. Disponível em: <<https://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/492/381>>. Acessado em: 16 fev. 2023.

CARA, Daniel. Contra a barbárie, o direito à educação. In: CÁSSIO, Fernando (Org.). *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2019. 223 p.

CAVALCANTI, Cacilda Rodrigues et al. Educação e Cultura na luta por emancipação da humanidade: ataques e resistências no governo Bolsonaro. *Revista de Políticas Públicas*, Universidade Federal do Maranhão, Brasil, v.24, 2020, p.312-330. Disponível em: <<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/15148>>. Acessado em: 19 fev. 2023.

FERNANDES, Carla Montuori et al. A Pós-Verdade em tempos de COVID-19: o Negacionismo no discurso do governo no Instagram. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v.16, n.2, dez. 2020, p.1-18. Disponível em: <<https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5317>>. Acessado em: 16 fev. 2023.

FERREIRA, Franklin Douglas et al. Educação e Cultura na luta por emancipação da humanidade: ataques e resistências no governo Bolsonaro, *Revista de Políticas Públicas*, vol.24, 2020, p.312-330. Disponível em: <

⁴¹ Ibidem, p.40-41.

<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/15148>>. Acessado em: 12 jul. 2023.

FRANCO, Clarissa De; MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque. A teocratização, privatização e militarização no governo Bolsonaro: perspectivas anti-democráticas e contrárias à educação. *Mandrágora*, Universidade Metodista de São Paulo, v.26, n.1, 2020, p.203-224. Disponível em:< <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MA/article/view/10301>>. Acessado em: 19 fev. 2023.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 83.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022. 256 p.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Sociedade e educação no Governo Bolsonaro: anulação de direitos universais, desumanização e violência. *Revista Desenvolvimento e Civilização*, v.2, n.2, p.118-138, jul./dez. 2021. Disponível em:< <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdciv/article/viewFile/66270/41708>>. Acessado em: 18 fev. 2023.

GONÇALVES, Ítalo Bruno Paiva. As contribuições da Charge para o ensino de História. *Revista multidebates*, v.3, n.1, Palmas-TO, mar. 2019, p.24-35. Disponível em:< <https://revista.faculdadeitop.edu.br/index.php/revista/article/view/127>>. Acessado em: 19 fev. 2023.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro, 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 104 p. Disponível em:< https://leiaarqueologia.files.wordpress.com/2018/02/kupdf-com_identidade-cultural-na-pos-modernidade-stuart-hallpdf.pdf>. Acessado em: 16 fev. 2023.

HADDAD, Sérgio. Paulo Freire, o educador proibido de educar. In: CÁSSIO, Fernando et al. *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2019. 223 p.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A “ideologia de gênero” existe, mas não é aquilo que você pensa que é. In: CÁSSIO, Fernando (Org.). *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2019. 223 p.

MATOS, Andityas Soares de Moura Costa. Utopias, Distopias e O jogo da Criação de Mundos. *REV. UFMG*, Belo Horizonte, v.24, n.1 e 2, jan./dez. 2017, p.40-59. Disponível em:< https://www.ufmg.br/revistaufmg/downloads/24/03_Andityas_UtopiaDistopia_pags_40a59_Revista_UFMG_24.pdf>. Acessado em: 16 fev. 2023.

ORWELL, George. *1984*. Tradução: Antônio Xerxenesky, Rio de Janeiro: Antofágica, 2021. 440 p.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo: Sueli Carneiro: Editora Jandaíra, 2021. 112p.

SILVA, Mauricio Roberto da Silva; PIRES, Giovani De Lorenzi; PEREIRA, Rogério Santos. Manifesto contra o neoliberalismo totalitário, a destruição da educação, do meio ambiente, da ciência, da cultura e do ministério do esporte no governo Bolsonaro. *Motrivivência –Revista de Educação Física, Esporte e Lazer*, Florianópolis, v.31, n.60, set./dez. 2019, p.01-18. Disponível em:< <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2019e69869>>. Acessado em: 16 fev. 2023.

TALONE, Vittorio da Gamma. Distopias presentes, passadas e futuras: os monstros da sociedade. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 20, n.49, set./dez. 2018, p.368-380. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/80251>>. Acessado em: 16 fev. 2023.

TORRES, Michelangelo. Um balanço crítico dos primeiros 18 meses da política educacional do governo Bolsonaro. In: FARIA, Fabiano Godinho; MARQUES, Mauro Luiz Barbosa (Org.). *Giros à direita: análises e perspectivas sobre o campo líbero-conservador*. Sobral –CE: Sertão Cult, 2020. 254 p. Disponível em:< <https://deposita.ibict.br/handle/deposita/166>>. Acessado em: 19 fev. 2023.